

CAPÍTULO 2

EDIFICAÇÕES INDUSTRIAIS DE IJUÍ: HISTÓRIA E IDENTIDADE NO CENTRO¹

João Vicente Machado Schmitz

Arquiteto e Urbanista autônomo,
Mestre em Arquitetura e Urbanismo,
Pesquisador voluntário
Unijuí, Ijuí

RESUMO

A presente investigação discorre sobre a história de edifícios industriais de Ijuí, ressaltando a necessidade de reconhecimento desses bens e de sua relação com a comunidade local. O estudo tem como objetivo evidenciar a relevância que tais obras exerceram no desenvolvimento econômico e social da cidade e o papel que desempenham atualmente como representatividade da memória coletiva. Os procedimentos metodológicos se apoiam em análise bibliográfica voltada às temáticas do patrimônio material e arquitetura industrial, bem como em pesquisas documentais em acervo de um museu local. Os resultados obtidos apontam que as obras estudadas, localizadas em áreas próximas ao núcleo urbano consolidado, embora fundamentais para compreender o processo de urbanização e modernização local, ainda permanecem pouco exploradas no campo das práticas patrimoniais. Evidencia-se, portanto, que trazer esse tema à tona contribui não apenas para ampliar o debate acadêmico, mas também para fortalecer a consciência pública sobre a importância da valorização e salvaguarda desses bens históricos.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio material. Educação patrimonial. Memória coletiva. Arquitetura industrial.

INTRODUÇÃO

O patrimônio industrial existe a partir dos vestígios da cultura industrial de valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. As obras são valoradas não de forma isolada, mas em conjunto, no sentido de

¹ Este trabalho constitui uma ampliação e aprofundamento do artigo publicado: SCHMITZ, J. V. M. Indústrias (r)existentes em Ijuí. **Minha cidade**, São Paulo, ano 22, n. 259,03, Vitruvius, fev. 2022.

buscar um valor universal a elas, pela relevância e impacto que tiveram sobre a economia e a sociedade no passado, mas – sobretudo – para que elas sigam representando sua identidade às futuras gerações (ICOMOS, 2003). Além disso, cabe destacar a importância da compreensão do patrimônio industrial como elemento de educação patrimonial e memória coletiva, uma vez que seu reconhecimento busca promover a interação entre a sociedade e os espaços urbanos históricos (TICCIH, 2012).

Tomando como partido a cidade de Ijuí, localizada na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, serão apresentadas algumas construções industriais. A cidade compartilha características semelhantes a outros municípios da região e do país que se desenvolveram nas proximidades da linha férrea, em áreas urbanas inicialmente destinadas, principalmente, à atividade industrial, com pequenas residências dispersas ao longo das instalações. Ao longo do tempo, com o crescimento da cidade, essas edificações foram integradas à malha urbana, situando-se atualmente próximas ao centro da cidade, mantendo traços de sua função original.

O município, cenário do presente trabalho – considerando o processo de industrialização iniciado por volta da década de 1930 –, teve a suíno-indústria como o meio mais relevante, acompanhada da exploração da madeira, couro, laticínios e fundições, que marcaram a diversidade produtiva local (Weber, 1987). A autora ainda destaca que esse processo ocorreu em um contexto no qual já existia um mercado consumidor regional e nacional, permitindo que os produtos locais alcançassem diversas áreas por meio das ferrovias e do sistema rodoviário em desenvolvimento. Assim, entende-se que grande parte do crescimento urbano e da configuração espacial das cidades estavam ligados diretamente à infraestrutura de transporte.

Ao considerar os elementos apresentados, percebe-se que o sistema ferroviário e rodoviário teve papel fundamental no desenvolvimento econômico do município, permitindo a circulação de produtos regionais pelo estado. As obras desta pesquisa se localizam próximas à linha férrea, facilitando o transporte eficiente de matérias-primas e manufaturas para diferentes regiões. Além disso, a disposição estratégica das construções ao longo das rotas de transporte demonstra um planejamento consciente e recorrente naquela época, refletindo a integração da indústria com a rede econômica do período.

A situação observada na cidade em relação às ações de preservação das obras deste estudo revela-se insatisfatória; não há definição de áreas de interesse histórico-patrimonial, nem a existência de políticas públicas ou incentivos legais que estimulem a conservação e a manutenção das edificações. A ausência de mecanismos que promovam incentivos, capacitação técnica e apoio financeiro limita o potencial de valorização do patrimônio material, dificultando que essas edificações continuem a desempenhar um papel ativo na memória coletiva e na identidade e paisagem urbana.

Considerando o conjunto de processos e diretrizes voltadas à preservação dos bens culturais do município, a Lei Complementar Nº 6.929 de Ijuí, de 2020, apresenta apenas diretrizes gerais sobre o patrimônio da cidade, indicando que o patrimônio histórico, cultural e paisagístico deve ser protegido, preservado e recuperado. O plano estabelece, em seu artigo nº 153, que o Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico compreende bens móveis, imóveis ou áreas verdes vinculadas a fatos memoráveis da história ou possuidores de valor artístico, arquitetônico, etnográfico, natural ou arqueológico (Lei Municipal nº 6.929, de 21 de janeiro de 2020, Ijuí/RS). Apesar da formalização legal, as disposições permanecem amplas e pouco detalhadas, não oferecendo mecanismos práticos de manutenção ou conservação.

Por outro lado, a Lei Municipal nº 1977, de 1984, dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural do município, estabelecendo normas relacionadas ao processo de tombamento dos bens municipais. No entanto, a aplicação prática dessa legislação se restringe a uma única edificação, evidenciando o caráter limitado e, em certos casos, excludente do tombamento. Esse instrumento não deve ser utilizado de forma indiscriminada; é fundamental que as ações de preservação tenham relevância histórica para a cidade e promovam o reconhecimento da comunidade em relação ao seu patrimônio, cuja valorização vai além do tombamento, devendo contemplar políticas de conservação, manutenção, reuso sustentável, e integração social.

Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo apresentar e discutir algumas edificações industriais de Ijuí, evidenciando seu valor histórico, arquitetônico e social, destacando sua relevância para a contemporaneidade. O artigo busca valorizar essas construções, não como possíveis objetos de tombamento, mas como elementos ativos da memória urbana, ressaltando que algumas permanecem em uso até hoje, o que representa um aspecto positivo. Embora as edificações estejam inseridas em área de uso comercial e residencial, o estudo não pretende discutir zoneamento ou avaliar esse conflito do entorno.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa de natureza qualitativa, seguindo as orientações de Gil (2019), que enfatiza que esse tipo de procedimento visa compreender fenômenos em profundidade, considerando contextos, significados e relações sociais, sendo especialmente indicado para estudos em que se busca interpretar processos históricos, culturais ou sociais a partir de dados textuais e documentais. Nesse sentido, a pesquisa baseou-se em levantamento bibliográfico e documental voltado ao patrimônio material edificado, com foco em edificações industriais, consultando livros, artigos, sites e documentos relacionados à temática, o que permitiu compreender o contexto da industrialização da cidade e o papel dessas construções no desenvolvimento

urbano e social de Ijuí. Para o tratamento de dados, adotou-se a abordagem descritiva e interpretativa, permitindo relacionar as edificações e suas respectivas localizações com funções históricas, articulando esses dados com o crescimento econômico e urbano da cidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cidade de Ijuí apresenta significativo potencial turístico, evidenciado pela forte influência étnica e pela diversidade de sua comunidade. O município é conhecido como Terra das Culturas Diversificadas e Colmeia de Trabalho, além de Capital Internacional das Etnias, reafirmando seu papel como centro de manifestações culturais e identitárias de relevância internacional. Esse reconhecimento formal destaca não apenas a diversidade cultural, mas também a importância de reconhecimento dos bens materiais que representam a memória coletiva, o que inclui a arquitetura, ou seja, as edificações que materializam a história da cidade e contribuem para a construção de sua identidade urbana e para o desenvolvimento do turismo cultural baseado na valorização do patrimônio local.

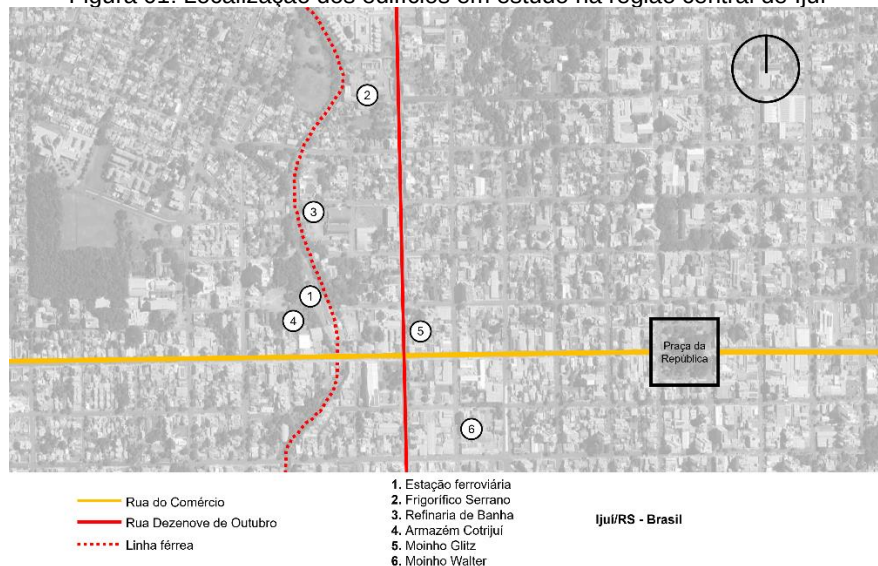
É importante destacar que os lugares de memória vão além de museus e edifícios formais; eles também englobam praças, logradouros e outros espaços que remetem às práticas de vivência cotidiana da comunidade, assim como locais de celebração e encontros coletivos, que consolidam experiências sociais e culturais. Nesse sentido, as memórias hegemônicas merecem ser problematizadas, pois o ato de “patrimonializar” e institucionalizar um espaço por meio de políticas públicas não é neutro: ele pode tanto reforçar exclusões e apagamentos históricos quanto ressignificar e valorizar narrativas antes marginalizadas (Costa, 2012).

Nesse contexto, a educação patrimonial desempenha papel fundamental ao ampliar a compreensão sobre os diversos espaços de memória ao estimular o olhar crítico sobre a valorização de bens históricos e culturais e problematiza quais narrativas são privilegiadas ou esquecidas. Mais do que transmitir informações, ela busca envolver a comunidade na interpretação do patrimônio, promovendo reflexão sobre a importância da participação de todos os agentes no processo de construção da cidade (Lucio, 2021).

Frequentemente, a memória oficial tende a exaltar figuras de destaque ou grandes empreendimentos, esquecendo o papel de operários, trabalhadores e demais atores que também contribuíram significativamente para a história e para a configuração do patrimônio material da cidade. Nesse contexto, a análise da área urbana de Ijuí evidencia essa presença cotidiana do trabalho nas construções industriais: os edifícios se dispõem de forma adjacente à linha férrea (Figura 1), próximas a duas ruas que se consolidaram como algumas das principais vias da cidade – as ruas do Comércio e Dezenove de Outubro – demonstrando a articulação entre transporte,

economia e ocupação urbana, bem como a relevância das construções como registro do esforço coletivo de trabalhadores na formação da cidade.

Figura 01: Localização dos edifícios em estudo na região central de Ijuí



Fonte: Google Maps, adaptado pelo autor, 2025.

Edificação 1: estação ferroviária de Ijuí

A estação ferroviária municipal (Figura 2), localizada na rua do Comércio, foi inaugurada em 19 de outubro de 1911, marcando um ponto estratégico para o transporte intermunicipal e interestadual. Sua implantação iniciou em 1908, quando, por meio do Decreto Federal nº 7.032, foram aprovados estudos e pesquisas voltados ao orçamento da viação, com a extensão projetada de 49 quilômetros (Bindé, 2012). Ao longo de sua história, a estação desempenhou papel relevante na mobilidade e no desenvolvimento econômico de Ijuí, consolidando-se como um marco urbano. Em 2020, o projeto de revitalização transformou o espaço em Estação de Cultura e Lazer Sady Strappazzon, abrigando uma sala de cursos, um memorial dedicado a músicos locais, a sede da Associação dos Ferroviários de Ijuí, a sede do Círculo dos Escritores de Ijuí e a sede da Banda Municipal, configurando-se como um centro de convivência cultural e preservação da memória da cidade.

Figura 02: Estação ferroviária de Ijuí



Fonte: [A] Acervo MADP, 1911; [B] autor, 2021.

A presença da linha férrea proporcionou a instalação de construções próximas, cujo objetivo era facilitar o transporte de mercadorias para fora da cidade, atestando a funcionalidade econômica local. Ela vai além de um instrumento logístico, tornando-se um marco histórico, integrando-se à paisagem urbana, funcionando como um elo entre o passado e a contemporaneidade. Esse vínculo é reforçado pelo reuso da estação ferroviária como espaço cultural, abrigando atividades educativas, associações comunitárias, demonstrando como a preservação e a adaptação contribuem para a valorização dos bens materiais.

Edificação 2: Refinaria de banha Nürich Muller

A refinaria de banha Nürich Muller (Figura 3), situada em um terreno entre as ruas Álvaro Chaves e Hans Staden, foi idealizada entre 1926 e 1927 por Henrique Nürich, austríaco radicado no Brasil, junto com seus irmãos Rodolfo Nürich e o sócio Henrique Schertel. O empreendimento destacou-se como uma das empresas mais importantes no cenário econômico tanto do município quanto da região. No entanto, com a crise de 1930 e a consequente recessão econômica, a refinaria foi vendida à Sociedade Sul-Riograndense de Banha Ltda., encerrando um ciclo promissor de desenvolvimento industrial local (Bindé, 2005).

Figura 03: Refinaria de banha de Schertel, Nürich & Cia.

[A]
193?



[B]
2020



Fonte: [A] Acervo MADP, [193?]; [B] autor, 2020.

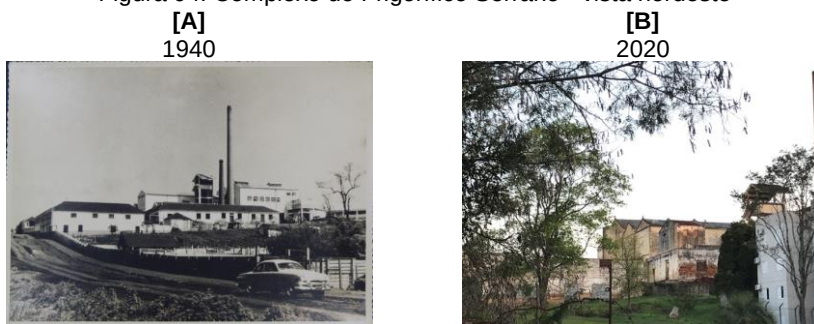
Atualmente, a antiga refinaria encontra-se em avançado estado de deterioração, resultado da ação do tempo e da falta de manutenção. Localizado nos fundos de um amplo terreno, o edifício histórico tem seu acesso bastante restrito, já que construções mais recentes - dois pavilhões erguidos ao longo do último século - ocupam a parte frontal do terreno. Como consequência, a antiga estrutura praticamente desaparece da paisagem urbana, sendo visível apenas a partir da ferrovia, o que reforça o apagamento progressivo de um patrimônio relevante da memória industrial da cidade.

Edificação 3: Frigorífico Serrano

O Frigorífico Serrano (Figura 4) está localizado na rua 19 de Outubro, no bairro São José. Essa particularidade geográfica já chamava atenção à época de sua implantação; um jornal local chegou a registrar que “a rua 19 de Outubro e suas adjacências, nas proximidades do lugar em que está o Frigorífico Serrano, a refinaria da Sociedade de Banha, se está transformando no bairro industrial da cidade” (Correio Serrano, 1936, p.1).

Segundo Bindé (2005), o complexo frigorífico foi fundado por Rosalvo Scherer. O empreendimento teve papel fundamental na economia local e regional na década de 1930, sendo considerado, naquele momento, a maior indústria do município. Em períodos de safra, o frigorífico chegou a empregar entre 700 e 1.000 trabalhadores, movimentando significativamente o mercado de trabalho. Seus produtos eram amplamente distribuídos pela região, consolidando o nome da empresa e impulsionando o crescimento econômico da cidade em um momento crucial de sua história.

Figura 04: Complexo do Frigorífico Serrano - vista nordeste



Fonte: [A] Acervo MADP, 1940; [B] autor, 2020.

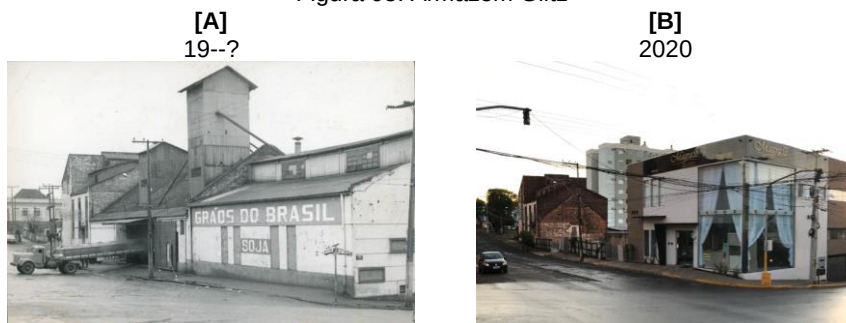
Parte do complexo ainda é utilizada atualmente por uma empresa do setor alimentício, o que garante certa permanência da atividade no local. No entanto, grande parte das edificações enfrenta um processo avançado de deterioração, agravado por desabamentos registrados em áreas da cobertura nos últimos anos. Além disso, diversas patologias construtivas são visíveis nas fachadas e estruturas remanescentes, o que evidencia a falta de manutenção adequada. Esse cenário pode colocar em risco a integridade da edificação.

Edificação 4: Armazém Glitz

Localizado na rua 19 de Outubro, o antigo armazém/moinho da família Glitz (Figura 5) foi fundado por Emil Glitz, um imigrante que percebeu as oportunidades trazidas pelo avanço da ferrovia na cidade. Com visão empreendedora, ele implantou seu negócio em um ponto estratégico, que logo se consolidou como um importante centro de comércio de grãos e outras mercadorias. O armazém acompanhou o ritmo de crescimento urbano e teve papel relevante na movimentação econômica da cidade, permanecendo ativo até o início do século XXI (Bindé, 2005).

Ao longo do tempo, o empreendimento passou por diferentes administrações e acabou perdendo grande parte da sua configuração original. Cerca de dois terços do complexo foram demolidos, restando apenas uma construção, hoje bastante comprometida em termos estruturais. O imóvel, que está desativado há mais de uma década, sofre com a ação do tempo e a degradação natural da estrutura. Mesmo assim, sua presença física ainda sugere a importância histórica que o local teve dentro da malha comercial e industrial da cidade.

Figura 05: Armazém Glitz



Fonte: [A] Acervo MADP, [19--?]; [B] autor, 2020.

Mais do que um comerciante bem-sucedido, Emil Glitz também foi um personagem chave no processo de urbanização e desenvolvimento do município. Uma de suas ações mais notáveis foi a doação de parte da sua gleba para permitir a continuidade da linha férrea e, conseqüentemente, a implantação da estação ferroviária municipal. Esse gesto demonstra seu compromisso com o progresso coletivo e reforça sua importância não apenas como empreendedor, mas também como agente ativo na construção da infraestrutura da cidade.

Edificação 5: Moinho Walter

O Moinho Walter (Figura 6) está situado entre as ruas Bento Gonçalves e Ernesto Alves. Segundo registros do Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), sua construção data de 1931, tendo sido idealizada por Stephen Walter. Com o passar dos anos, os negócios prosperaram de forma significativa, o que levou, em 1991, à construção de um novo edifício anexo, com cinco pavimentos, ao lado da estrutura original. A modernização possibilitou o aumento da capacidade produtiva e contribuiu diretamente para a expansão da empresa. Como resultado, os produtos passaram a circular amplamente, alcançando boa parte do território gaúcho.

Figura 06: Moinho Walter



Fonte: [A] Acervo MADP, 1960; [B] autor, 2020.

Hoje, o conjunto é conhecido como Moinho Ijuí. Apesar da presença do grande bloco construído ao lado do moinho original, o edifício histórico mantém-se em bom estado de conservação, o que se deve, em parte, à permanência de seu uso original. A atividade contínua garantiu não apenas a preservação da estrutura, mas também a manutenção da memória do local como espaço produtivo. Sua presença na paisagem urbana é um marco de permanência da atividade industrial no município, ligando passado e presente de forma concreta.

Edificação 6: Armazém Cotrijuí

De acordo com o Portal Cotrijuí (2021), a cooperativa foi oficialmente fundada em julho de 1957, iniciando suas atividades industriais a partir de um financiamento obtido junto a instituições bancárias locais. O aporte inicial de capital possibilitou a estruturação da cooperativa em um período estratégico para o desenvolvimento agrícola da região. A Cotrijuí surge, assim, como resposta às demandas dos produtores rurais, consolidando-se progressivamente como uma das principais forças do setor no município e no noroeste gaúcho.

O portal da instituição ainda reforça que a construção do armazém iniciou no segundo semestre de 1957, na rua Perdo Américo San Felice. Foram erguidas estruturas metálicas que totalizavam uma área coberta de 2.400m², pensadas para atender à necessidade de armazenagem de grãos, especialmente trigo. Já em dezembro do mesmo ano, o complexo recebeu os primeiros carregamentos, registrando, até o final de 1957, a impressionante marca de 4.295 toneladas armazenadas. Esse início expressivo refletia o potencial produtivo da cooperativa e sua rápida capacidade de organização logística.

Figura 07: Armazéns Cotrijuí



Fonte: [A] Acervo MADP, [196-?]; [B] autor, 2020.

Hoje, a construção encontra-se desativada e sem qualquer tipo de uso desde o século passado. A ausência completa de manutenção, somada à ação contínua das intempéries e à interferência humana, resultou em um estado avançado de deterioração da estrutura. Elementos como telhados danificados, infiltrações, corrosões metálicas e o avanço da vegetação contribuem para o cenário de abandono. Ainda assim, a presença física do complexo carrega uma forte carga simbólica relacionada à história da produção agrícola e à formação das cooperativas no interior gaúcho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As edificações industriais apresentadas evidenciam a importância de reconhecer os bens como parte integrante da história e do crescimento de Ijuí, refletindo a evolução urbana municipal e sua inserção como mercado na região. O patrimônio é plurissignificativo, podendo ser interpretado de diferentes formas, dependendo da experiência e da vivência de cada indivíduo, o que reforça a necessidade de aproximar a comunidade dessas construções. Mais do que tombamentos ou instrumentos legais, é fundamental que haja sensibilização e ações que resgatem a memória coletiva, permitindo que a população compreenda, reconheça e se aproprie dessas obras nessa dimensão histórica.

A preservação do patrimônio depende da articulação entre poder público e sociedade. Enquanto os órgãos públicos devem promover legislações e políticas que fomentem a conservação e manutenção dos bens históricos, a comunidade precisa compreender essas edificações como parte de sua própria história, reconhecendo – ou não – elementos do cotidiano, experiências, marcos identitários. Logo, a valorização das obras de Ijuí não se limita à proteção legal; passa também pelo envolvimento da população pelo conhecimento sobre o território, fazendo com que os edifícios sejam mediadores da memória da comunidade.

Por fim, a relação entre patrimônio e sociedade envolve autonomia e participação ativa. Enquanto o patrimônio é interpretado pelos indivíduos que o vivem e o experimentam, sendo mediado por agentes como museólogos ou

educadores patrimoniais, que ajudam a contextualizar a história e os significados das obras. É essa interação que garante a relevância das edificações para além de seu valor arquitetônico e econômico, transformando-se em espaços de aprendizagem, cultura e identidade. A preservação do patrimônio industrial de Ijuí depende de um processo contínuo de reconhecimento, interpretação e valorização compartilhada entre sociedade e poder público, assegurando que a memória coletiva siga representada às futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BINDÉ, Ademar Campos. **As Etnias em Ijuí: os alemães**. Ijuí: UNIJUÍ, 2005, 197 p.

BINDÉ, Ademar Campos. **Ijuí – histórias revividas: 100 anos de emancipação**. Espumoso: Gráfica Líder, 2012, 344 p.

CORREIO SERRANO. Ijuí, 1936. p. 1.

COSTA, Everaldo Batista. Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XXI. **Finisterra**, n. 93, p.5-28, 2012. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/download/1255/976/0>. Acesso em: 4 set. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

ICOMOS. **Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial**. Nizhny Tagil, 2003. Disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>>. Acesso em: 4 de setembro de 2025.

IJUÍ. Lei Complementar nº 6.929 de 21 de janeiro de 2020. **Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Ijuí, consolida a legislação urbanística; revoga legislações que menciona, e dá outras providências**. 105 p., 2020.

IJUÍ. Lei nº 1977 de 01 de março de 1984. **Dispõe sobre a Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Ijuí**. 1984.

LUCIO, Cristina Santos. Diálogos entre a educação patrimonial e Paulo Freire. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 16, n. 02, p. 104-119, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8666581/27786>. Acesso em: 4 set. 2025.

MADP. Arquivo AI 3.6.48 P1 d3.

PORTAL COTRIJUÍ. Disponível em:
<<http://www.cotrijui.coop.br:8080/historia/historia.html>>. Acesso em: 10 de
set. 2025.

TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial
Heritage). **Princípios conjuntos do ICOMOS-TICCIH para a Conservação
de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens de Patrimônio Industrial**. 2011.
Disponível em: [https://ticcih.org/wp-
content/uploads/2017/12/Princi%CC%81pios-de-Dublin.pdf](https://ticcih.org/wp-content/uploads/2017/12/Princi%CC%81pios-de-Dublin.pdf). Acesso em: 10
de setembro de 2025.

WEBER, Regina. **Os inícios da industrialização em Ijuí**. Ijuí: Livraria Editora
UNIJUÍ, 1987, 190 p.